INTERESSES PROFISSIONAES

CONTESTAÇÃO DO PARECER DO ILLM. SR. DR. AGOSTINHO JOSÉ DE SOUZA LIMA, INSPECTOR GERAL INTERINO DE HYGIENE PUBLICA, SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS PHARMACEUTICOS DA BAHIA.

Em data de 28 de Março do corrente anno foi publicado o parecer que deu o Sr. Dr. Agostinho José de Souza Lima, Inspector Geral interino de Hygiene, depois de mais de 6 mezes, sobre a segunda representação que os pharmaceuticos d'esta capital dirigiram ao Governo Imperial, contra as tabellas de substancias, utensilios, livros e rotulos que devem indispensavelmente existir em todas as pharmacias.

Muito de proposito deixamos a apreciação d'este parecer para quando fossem revistas e approvadas as novas tabellas, que melhor nome teriam de *Inventarios de pharmacias*, o que só foi realizado a 29 de Setembro ultimo, e publicado a 6 de Outubro seguinte no *Diario Official*.

D'esta vez, porém, resolvemos não reunir mais os collegas que assignaram as duas representações dirigidas ao Governo Imperial, porque era perder tempo; e ainda nos lembramos do que um d'esses collegas nos disse, cheio de razão:— «é mais facil o mundo deixar de ser mundo, do que o Governo cuidar de negocios que não cheirem a politica».

E assim é, infelizmente; e se nós agora vimos apreciar o parecer do Sr. Dr. Souza Lima, não é senão para lavrarmos um protesto por amor à nossa classe e dignidade.

Dos governos que dirigem este infeliz Brazil não se pode esperar que prestem seriamente attenção senão a questões politicas, e isso mesmo em consideração a interesses meramente pessoas.

Os signatarios das duas representações, baseados no direito e na justiça, e apadrinhados com o que se pratica na Europa, attendendo a que o Codigo pharmaceutico que nos rege é o francez, pediram ao Governo Imperial que, para sanar tantas

queixas e injustiças, nomeasse uma commissão especial de pharmaceuticos e de medicos, professores de alguma das duas Faculdades de Medicina, para indicarem os meios conducentes a regularizar o ramo do serviço de Hygiene que diz respeito ás Pharmacias, conciliando os interesses e a dignidade da classe pharmaceutica com as exigencias da Saude Publica.

O que fez, porém, o nosso bom Governo? Não quiz nomear tal commissão, e, em data de 17 de Setembro do anno proximo passado, remetteu a representação á Inspectoria Geral para tomal-a em consideração, em logar de mandal-a informar afim de proceder depois como fosse de justiça.

E' incrível que um Governo assim proceda !

A Inspectoria Geral julgou conveniente dar um parecer, em que diz, com toda a razão, que em quanto isto for lei hade se cumprir e executar; e que não poderá proceder de outra forma em quanto não fôr reformada a lei n'este particular, *contra a qual devem os queixosos dirigir sua representação !!!*

Ora, pelo amor de Deus ; pois não foi contra certas disposições do regulamento que os pharmaceuticos da Bahia representaram?!! Como vem a Inspectoria Geral tão ingenuamente dizer, que contra a lei é que os queixosos devem dirigir a sua representação ?

Para não perdermos mais tempo, deixemos isso, que mostra o pouco criterio com que foi apreciada essa representação, e fiquemos convencidos de que no Brazil não val a pena exercer o direito de reclamação, e que devemos sujeitar-nos a tudo como cordeiros.

O que, porem, não podemos deixar passar sem a devida apreciação é o parecer do Sr. Dr. Souza Lima, Inspector Geral interino de Hygiene; não o fazemos officialmente para não malharmos mais em ferro frio; appellamos apenas para as classes medica e pharmaceutica, pedindo-lhes que sejam nossos juizes, uma vez que o Governo Imperial e a Inspectoria Geral

de Hygiene estão dispostos a não ligar a minima importancia á desprotegida classe pharmaceutica, digna de melhor sorte.

Tratando da indicação discriminativa dos medicamentos que podem ou não ser vendidos ao publico pelo pharmaceutico sem receita de medico, admira-se S. S. que, tão *ingenuamente* os signatarios da representação citassem as seguintes substancias, como não podendo ser vendidas pelo pharmaceutico sem receita medica :

† Ammoniaco liquido	† Citrato de magnesia
† Assafetida	† Elixir de pepsina
Cigarros medicamentosos	† Creosota
† Dormideiras	Ratanhia
Electuario de senne	† Xarope de genciana
† Cremor tartaro	† Extracto de genciana
† Emplastros em geral	† Mannita
† Enxofre sublimado	† Ipecacuanha em pó
† Eucalyptus	Xaropé de Dessessarts
† Fumo em folhas	Pós de Dover
† Gengibre	† Xarope de caroba
† Gomma ammoniaco	† Vinho de quina
— gutta	† Extracto de quina
† Jaborandi	Rob de sabugueiro
† Linimento de sabão com opio	† Vinho ferreo
† Oleo de camomilla	— de genciana
Tinctura de açafão	Citrato de ferro
† — de guaiaco	† Capsulas de oleo de ricino
† — de cato	† — de copahiba
† — de guaco	† — d'oleo de fig. de bacalhau
— de quassia	† — de essencia de terebinth.
† — de calumba	† Xarope de salsaparrilha
† — de canella	† Oleo de macella
† — de cardamomo	Lactato de ferro
† Extracto de salsaparrilha.	Ferro reduzido

Sobre *todas essas substancias* diz S. S. no seu parecer o seguinte :

« *E são substancias d'esta ordem que os reclamantes entendem que aos pharmaceuticos deve ser permittido vender livremente ao povo, por pedido d'elle, quando*

mais adiante concordam que a prohibição devia limitar-se (não fallando nos remedios secretos) sómente ás substancias venenosas, como se aquellas não o fossem por si ou por principios que entram em sua composição ».

Raciocinemos : — Se todas essas substancias são venenosas ou por si, ou por principios que entram em sua composição, como affirma S. S.; se os pharmaceuticos da Bahia queriam um absurdo em prejuizo da saúde publica, como é que agora S. S. firmando as novas tabellas, consente em semelhante *abuso*?

Quer dizer: todas as substancias acima indicadas não se podiam vender sem receita de medico por serem julgadas *venenosas ou prejudiciaes á saude publica*; entretanto, hoje S. S. confessa não ter tido razão; e tanto que, apesar de ter accusado sem piedade em seu parecer os signatarios da representação, reconheceu seis mezes depois o erro em que laborava, e reformando as tabellas—*inventarios de pharmacias*—permittiu que d'ora em diante se possam vender sem receita de medico todas as substancias que acima vêm marcadas com o signal †, anteriormente *condemnadas a não poderem ser vendidas por venenosas ou prejudiciaes á saude publica, por si ou por principios que entram em sua composição!*

Está, portanto, provado por S. S. mesmo, que os *ignorantes pharmaceuticos da Bahia* tinham toda a razão para protestar contra semelhante absurdo; e se S. S. tivesse querido ser justo até ao fim, não fazia mais do que o seu dever, attendendo ás suas justas queixas.

Continuemos : — Terá razão de ser a restricção que se conservou quanto ás outras substancias, isto é, ás que deixamos sem o signal?

Júntemos a ellas algumas das contempladas na nova tabella,

para as quaes é prohibida a livre venda, e vamos vêr se podemos descobrir para isso alguma justificação.

Peia nova tabella é prohibido vender, sem prescripção medica, por exemplo :

Xarope diacodio	Senne em pó
— das 5 raizes	Vaselina!!
— de rabano iodado	Pomada mercurial
Vinho de quinium	— citrina
— de jurubeba	Tinctura de jaborandi

Por mais que nos tivessesemos armado da melhor boa vontade (a phrase é de S. S.) não pudemos descobrir em que bases se fundou S. S. para prohibir ou não a venda de certas substancias ao publico. Diz-nos o seu parecer que — « não podendo prohibir a venda de drogas simples ou materias primas, em geral plantas ou productos naturaes das mesmas, pelo facto de que pode qualquer havel-as perfeitamente fóra das pharmacias, prohibia os preparados pharmaceuticos, afim de reprimir o mais possivel o exercicio illegal da medicina. »

Ora, a ser assim, em duas palavras decidia este negocio — consentia (por não ser possivel prohibir) a venda de todas as drogas simples, plantas ou productos naturaes, e prohibia a de todo e qualquer preparado pharmaceutico.

Assim haveria. uma justificação; porém isto que S. S. disse foi o que fez? não; e vejamos com poucos exemplos : a *gomma gutta*, o *cipó de chumbo*, o *fedegoso*, o *aloes*, a *cocho-nilha*, o *feto macho*, a *gomma ammoniaco* e muitos outros não são plantas ou productos naturaes ao alcance de todos? Como prohibe a livre vendagem d'elles nas pharmacias?

Admittindo-se que todos os productos naturaes (como quer S. S.) se possam vender livremente, e não os seus preparados pharmaceuticos, como explica, por exemplo, poder se vender sem prescripção medica — o *xarope* e o *extracto de genciana* e não o *vinho de genciana*? Será porque o xarope e o extracto de genciana sejam productos da natureza, e o vinho um

preparado pharmaceutico? O *extracto de quina* pode ser vendido sem receita, o *xarope* e o *vinho* não: porque? Não serão todos elles preparados pharmaceuticos? Ou o *extracto de quina* é um producto natural? E' tal a confusão feita por S. S. que tornam-se absolutamente incomprehensíveis semelhantes *tabella* e parecer.

Ainda mais:—Se S. S. quiz prohibir os preparados pharmaceuticos para reprimir o exercicio illegal da medicina, o que é muito louvavel, como permite venderem-se sem a competente receita, por exemplo:— *calomelano*s, *acido phenico*, *chlorato de potassa*, *agua de Labarraque*, *carbonato de ammoniaco*, *chlorhydrato da mesma base*, *acido acetico*, etc. etc. drogas todas *innocentes* no seu entender?

A applicação therapeutica d'estas substancias pelas pessoas do povo será menos perigosa do que a da *vaselina* (!!), do *vinho quinado*, da *tingtura de quassia*, do *rob de sabugueiro* e outros medicamentos para S. S. *nocivos*, tanto que não permite o serem vendidos sem receita de medico?! Salvo se estes ultimos medicamentos são os taes que S. S. em seu parecer, declara que, « *sendo inoffensivos por si, tornam-se indirectamente nocivos, e acarretam graves inconvenientes, quando applicados intempestivamente, fóra de suas legitimas indicações, e das regras da competente posologia, como é de suppor que o sejam sem receita de profissionaes.*

Não ha necessidade de mais commentarios.

Ora—S. S. que achava um abuso intoleravel de alguns clinicos aconselharem verbalmente aos seus doentes medicamentos como o *fumo*, as *dormideiras*, o *ammoniaco liquido* etc. etc., como é que, sabendo d'isso, em lugar de seriamente cohibir como devia, acaba de legalizar e sancionar essa liberdade, esse abuso que qualifica de intoleravel?

Nós, independentemente dos signatarios da representação, é que ainda uma vez lamentamos a confusão, e tantas contradicções nas *tabellas* confeccionadas após tantos mezes de *estudo*,

sem o menor escrupulo, e sem methodo algum, nem ao menos de accordo com o tal parecer.

E' assim que, infelizmente, são tratadas as cousas mais serias do nosso paiz. Em conclusão: o artigo 56 do regulamento em vigor diz: « Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo consignados na respectiva tabella approvada pelo Governo, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico sem receita de medico ».

Agora perguntamos a todos os clinicos do mundo: a *vase-lina*, os vinhos *quinado*, de *quinium* e de *jurubeba* etc. etc. não são medicamentos de uso ordinario e inoffensivo? Porque razão a Inspectoria Geral assim os não considera, e prohibe muito terminantemente a sua venda sem receita de medico?!

As *tinctora* de *calumba* e de *quassia* não terão a mesma acção therapeutica? Porque razão a de *calumba* dispensa prescripção, e não se pode vender sem receita medica a de *quassia*?

Em vista das considerações que acabamos de expender, permitta-nos o Sr. Dr. Souza Lima por sua bondade, que lhe devolvamos intacto o seguinte trecho com que se dignou mimosear, em seu parecer, os pharmaceuticos da Bahia. *E' incongruente, incomprehensivel, para não dizer irrisorio.* »

Agora, duas palavras sobre a obrigatoriedade da existencia de certo e determinado numero de drogas, de livros e de utensilios em todas as pharmacias.

Confessamos que esperavamos, com toda a certeza, que S. S., de accordo como que se pratica na Europa, e em cumprimento do Codigo francez que nos rege, dêsse-nos toda a razão e aconselhasse ao Governo a suspensão d'aquella obrigação. Se S. S. abrisse os livros que nos obriga a ter, os das *ultimas edições*, conforme a exigencia d'esta não menos celebre tabella de livros, o Codex, o Dorvault, o Bouchardat e o Jeannel, havia de ver que não existe mais tão triste obrigação. Senão vejamos:

O Codex francez de 1866 tinha marcado com o signal * as substancias que deviam existir em todas as pharmacias; na

edição de 1884 foi supprimido o signal *, acabando-se, portanto, com semelhante obrigação.

O *Dorvault* de 1886 diz a pag. 194: « Na nova edição do *Codex* (1884) a estrella que nas edições precedentes indicava as substancias ou preparados que deviam achar-se em uma pharmacia foi supprimida; nós, todavia, a conservamos para dar uma idéa das substancias mais GERALMENTE EMPREGADAS; as que marcamos com o * arterisco, acham-se quasi sempre nas pharmacias. »

O mesmo *Dorvault* á pag. 32, ainda confirma nas seguintes palavras :

« A estrella * indica as substancias ou preparações que, segundo o *Codex* de 1866, deviam achar-se em todas as pharmacias; o asterisco * indica as substancias que, SEM SEREM OBRIGATORIAS, acham-se geralmente nas pharmacias, e que os medicos podem procurar com a quasi certeza de que serão encontradas. »

O *Boucharlat*—edição de 1886 a pag. 488 diz « Enumeração, segundo o antigo *Codex*, dos medicamentos simples e compostos que devem achar-se em todas as pharmacias » — Nota— « Esta lista NÃO É MAIS OBRIGATORIA. »

O *Jeannel* de 1886 a pag. VIII diz: « Relação das drogas simples ou dos medicamentos compostos inscriptos no *Codex*; (o asterisco designa as substancias mais geralmente empregadas »).

Já vê S. S. que os pharmaceuticos da Bahia, bem baseados, argumentando sómente com dados fornecidos por S. S. mesmo, —os livros da sua tabella, não queriam absurdo algum, nem favores; queriam sómente a justiça a que se julgam com todo o direito. Antes mesmo da reforma do *Codex*, muito antes, nós achavamos ridicula semelhante exigencia, e grande foi a satisfação que tivemos quando, sem o esperarmos, vimos que a illustrada commissão que organisou o novo *Codex*, acabou com esta extravagancia; e d'essa satisfação tambem nós espe-

ravamos immediatamente partilhar; mas quando se publicou a organização do serviço sanitario do nosso paiz, com as respectivas tabellas, foi-nos injustificavelmente negada!...

—Cada pharmacia teria o que quizesse, por que cada qual de per si, por conveniencia propria, sortir-se-hia para acreditar-se e merecer a confiança do publico e dos clinicos; e a Junta de Hygiene por sua vez cumpriria o seu dever fiscalizando séria e rigorosamente a qualidade das drogas simples e compostas, e os preparados pharmaceuticos que n'ella encontrasse.

E a celebre tabella de livros?!

E' outra exigencia ainda mais extravagante!

Para o medico, para o advogado, para o engenheiro, não existe lei que os obrigue a terem certos e determinados livros de sua profissão.

Porque tal obrigação para o pharmaceutico?! Não basta a exigencia do regulamento em seu artigo 54 — designando o *Codex* francez para os preparados officinaes, por ainda não estar organizada a Pharmacopéa brasileira!

S. S. faz uma ideia muito desfavoravel do pharmaceutico brasileiro; julga-o tão negligente, que para ter os livros de que carecer é mister haver lei que o obrigue a tel-os, sob pena de uma multa de 100\$000!!

Não é isto vergonhoso?

Não é querer fazer do pharmaceutico um menino de escola, vadio e sem estímulos, que para ter a carta do A. B. C. e a taboada, é preciso ser ameaçado de castigo?

Ponha o Sr. Dr. Souza Lima a mão na sua consciencia, e veja quanta degradação, cada qual mais triste, para a nossa classe, e para aquelles que coadjuvam os confeccionadores das leis!

O mesmo em relação á tabella dos utensilios. S. S. admirou-se de que os signatarios da representação não julgassem indispensavel o alambique!!

Ha alguma lei que obrigue o pharmaceutico a fazer, elle proprio, distillações?

Não, — não ha.

A lei que infelizmente existe obriga o pharmaceutico a ter em sua pharmacia todos os productos distillados constantes da tabella, venham elles d'onde vierem. Ora, se a lei não obriga o pharmaceutico a ir elle mesmo distillar, ou mandar alguem fazel-o, elle terá estes productos, e muitos outros provenientes da distillação, ou distillando elle mesmo querendo, ou comprando-os já distillados onde bem lhe convier. Aquelle que preferir comprar e não distillar para que quer um alambique? Só se fôr para mostrar á Junta de Hygiene quando visitar a pharmacia.

E S. S. hade convir comnosco, que é uma vergonha presumir que uma pharmacia do Brazil, por mais pobre que seja, não tenha uma espatula, uma balança, um gral, um copo de graduar etc. etc. !! ...

Agora o *Ether normal*, cuja denominação os pharmaceuticos da Bahia não encontraram nos livros. S. S. accusa-os acremente, dizendo que, se tivessem procurado em livros modernos o achariam... e cita *Deschamps d'Avallon*, unico que usa de tal denominação!

Sim, senhor, é uma verdade; porém, diga-nos, por favor; — *Deschamps d'Avallon* é livro consignado na celebre tabella obrigatoria? A Inspectoria Geral em 1886 não excluiu da tabella de 1882, provavelmente por incapaz de figurar na tabella official de livros, — o *Deschamps d'Avallon*?

Na revisão das tabellas d'este anno não sanccionou S. S. a exclusão do *Deschamps d'Avallon*, e não acceitou a denominação, como lhe cumpria, de « Ether officinal do Codex » o que implica não ser correcta a denominação do *Ether normal* de S. S. ou do *Dechamps d'Avallon*?

Como é então que faz uma tabella de substancias, e include n'ella uma denominação que não existe nos livros que por lei devemos ter, e sim em um que a Inspectoria Geral de Hygiene, hoje representada por S. S., julgou incapaz de figurar na igualmente memoravel tabella de livros?

Se S. S. fosse mais perspicaz, e tivesse querido fazer justiça aos signatarios da representação, que desconhecem ainda as emendas ou correccões feitas nas tabellas antes da revisão, emendas extrahidas em folhetos distribuidos pela Inspectoria Geral de Hygiene, mas não publicadas n'esta Cidade, deveria ter comprehendido que, se os pharmaceuticos da representação trataram do *Ether normal*, fizeram-no muito de proposito e, não esperando a observação que S. S. fez irreflectidamente; mas sim, ou—a exclusão da denominação *Ether normal* por occasião da revisão da nova tabella de substancias, ou—a inclusão de *Deschamps d'Avallon* na dos livros.

Quanto á desigualdade de regalias e favores concedidos aos droguistas, e negados á classe pharmaceutica, S. S. parece tambem não ter querido comprehendere.

Os pharmaceuticos da Bahia, em sua representação, não se queixaram do numero de substancias, maior ou menor, vendidas por aquelles ou por elles, isto é—se uns podiam vender mais do que outros; — não; o que disseram, S. S. bem devia ter comprehendido, foi que, se o droguista pôde vender livremente ao povo especialidades pharmaceuticas nacionaes e estrangeiras, com maioria de razão nós pharmaceuticos deveriamos poder fazel-o.

Não ha explicação possivel, a não ser muita indisposição para com a classe pharmaceutica, que não sabemos por que motivo, tem cahido no desagrado do Governo e da Junta de Hygiene. Entretanto S. S. sabe perfeitamente que a medicina e a pharmacia são duas irmãs gêmeas estreitamente unidas, que devem viver na melhor harmonia, dependendo, como dependem, uma da outra.

Como se haverá o medico, por mais illustrado e sabio que seja, á cabeceira de um doente, se não contar com o poderoso auxilio do pharmaceutico ?

Não merecerão igual consideração estes dois profissionaes, que trabalham conjunctamente para prolongar a vida de seus semelhantes ?

E' de admirar, portanto, que S. S., medico e illustrado como é, e precisando a todo momento do pharmaceutico, já para os seus clientes, já para as pessoas mais queridas de sua familia, tenha votado á essa classe um odio implacavel; e o que mais ainda nos admira é estar S. S. de mãos dadas com um collega nosso, o pharmaceutico Paula Barretto, que, infelizmente, em vez de procurar, com seu prestigio, com as suas luzes, e com as vantagens da posição em que a sorte o collocou, levantar a classe a que deve honrar-se de pertencer, parece querer ainda mais abatel-a, ao contrario do nosso finado collega Augusto Mendes de Moura, de saudosa memoria, que, encarregado pela Junta de Hygiene d'esta provincia de examinar as pharmacias, lamentava constantemente, como nós, a decadencia em que está a classe pharmaceutica. Esse distincto collega, no exercicio d'essa ardua e espinhosa commissão, cumpria as suas obrigações, executando a lei, não se esquivando, porem, nunca de comnosco assignar as representações que os pharmaceuticos da Bahia dirigiram ao Governo Imperial, e merecendo sempre plena confiança e elogios do actual Inspector de Hygiene d'esta provincia, o illustrado Sr. Dr. Alexandre Affonso de Carvalho.

E' logico que, se o Sr. Dr. Inspector de Hygiene d'esta provincia conservava n'essa importante commissão, como conservou, até seus ultimos dias, aquelle pharmaceutico, que comnosco publicamente assignava aquellas representações contra as tabellas, e sempre *em ultimo logar*, elle proprio implicitamente nos acompanhava tambem no parecer de que a lei contra a qual nós reclamavamos não devia existir—era anti-racional; pelo que, aproveitamos a occasião para agradecer ao Sr. Dr. Alexandre Affonso de Carvalho essa fineza, em nome da classe pharmaceutica da Bahia.

Terminando, pedimos ao Sr. Dr. Souza Lima que nos dispense de voltar á imprensa sobre tal assumpto, por não nos sobrar tempo, e por termos já perdido muito durante tres annos para pouco resultado; e que, se por accaso ao correr da pena inadvertidamente nos tenha escapado alguma phrase menos

respeitosa, a releve, em attenção ao pesar que nos ficou, por vermos quanto, cada vez mais, se procura amesquinhar uma classe tão util á sociedade, e digna de mais consideração da parte d'aquelles a quem está confiado este ramo do serviço publico.

Bahia 20 de Novembro de 1883.

EUCLIDES CALDAS.
HERMELINO RIBEIRO.

SOCIEDADE MEDICA DA BAHIA •

ACTA DA SESSÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 1888

Presidência do Sr. Dr. Silva Lima

Presentes os Drs. Silva Lima, Victorino, Pacifico Pereira, Manoel Dantas, Santos Pereira, Gustavo Santos, Januario Baptista, Coriolano Burgos, Martins Vianna, e Ezequiel Britto, com assistencia dos Drs. Aloysio dos Santos e estudantes de medicina, o Dr. Manoel Victorino relata uma serie de casos da sua clinica de tuberculose ossea, operados segundo os preceitos modernos e nos quaes obteve sempre optimos resultados. Apresenta a sociedade uma creança tratada de um tumor branco na articulação do cotovelo, e uma peça reseccada da articulação femoro-tibial tambem em consequencia de tumores brancos.

Passa em seguida a tratar do caso de aneurisma operado pela fili-punctura na sua clinica do hospital de Caridade, apreciando minuciosamente as indicações e contra indicações dos diversos methodos de tratamento e concluindo por consideral-a, apezar de abolida pelo cirurgiões francezes e inglezes, como recurso que offerece alguma probabilidade de bom exito.

O Dr. Pacifico Pereira tomando a palavra diz que a fili-punctura podendo dar em alguns casos probabilidades de bom exito não deve ser banida da pratica cirurgica e cita em seu apoio alguns casos referidos por cirurgiões abalisados.

O Dr. Silva Lima tomando parte na discussão cita alguns